BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a BBD Participações S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R$ 403.799 mil, Patrimônio Líquido de R$ 2.599.054 mil, Ativos Totais de R$ 5.504.648 mil e deliberou aos acionistas o montante de R$ 95.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em abril de 2017, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com Reservas de Capital e Reservas de Lucro - Estatutária no montante de R$ 210.000 mil elevando-o de R$ 1.740.000 mil para R$ 1.950.000 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 16 de abril de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**247.876**	**249.801**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	4.955	1.130
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	231.843	238.851
Valores a Receber (Nota 7)	11.078	9.820
NÃO CIRCULANTE	**5.256.772**	**4.595.024**
Realizável a Longo Prazo	**266.062**	**235.249**
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	185.419	165.103
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17c)	80.643	70.146
Investimentos (Nota 8)	**4.990.710**	**4.359.775**
TOTAL	**5.504.648**	**4.844.825**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	**557.239**	**402.515**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17d)	1.401	1.437
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e)	80.750	62.415
Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9)	475.088	338.663
NÃO CIRCULANTE	**2.348.355**	**1.960.209**
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11b)	209.561	170.760
Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9)	510.486	338.752
Outras Obrigações (Nota 10)	1.628.308	1.450.697
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.599.054**	**2.482.101**
Capital Social (Nota 12a)	1.950.000	1.740.000
Reserva de Capital	64.531	96.770
Reservas de Lucros (Nota 12d)	2.213.057	2.017.488
Ações em Tesouraria (Nota 12f)	(1.742.212)	(1.431.576)
Outros Resultados Abrangentes	113.678	59.419
TOTAL	**5.504.648**	**4.844.825**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**403.799**	**360.037**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	610.584	604.639
Resultado Financeiro (Nota 15)	(175.676)	(215.999)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(30.021)	(28.339)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(1.088)	(264)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**403.799**	**360.037**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)	**-**	**-**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**403.799**	**360.037**
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R$ por ação) (Nota 12b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 12b)	1,31	1,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	**403.799**	**360.037**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	54.259	102.834
Resultado Abrangente do Exercício	**458.058**	**462.871**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**403.799**	**360.037**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(610.584)	(604.639)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	190.986	217.650
Provisão para Riscos Fiscais	27.340	27.349
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	**11.541**	**397**
(Aumento) em Outros Ativos	(10.359)	(37.925)
Aumento em Outras Obrigações	(764)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**418**	**(37.528)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	12.979
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**-**	**12.979**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Contrato de Mútuo	44.983	46.200
(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria	20.839	2.916
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(62.415)	(25.330)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	**3.407**	**23.786**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.825**	**(763)**
Início do Exercício	1.130	1.893
Fim do Exercício	4.955	1.130
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.825**	**(763)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros - Legal	Reserva de Lucros - Estatutária	Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.700.000**	**179.251**	**125.936**	**1.604.945**	**(43.415)**	**(1.422.168)**	**-**	**2.144.549**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	360.037	360.037
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	102.834	-	-	102.834
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**462.871**
Aumento de Capital com Reservas	40.000	(40.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(368.968)	-	(368.968)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	(42.481)	-	-	-	359.560	-	317.079
Destinações: - Reservas	-	-	18.002	268.605	-	-	(286.607)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(73.430)	(73.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.740.000**	**96.770**	**143.938**	**1.873.550**	**59.419**	**(1.431.576)**	**-**	**2.482.101**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	403.799	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	54.259	-	-	54.259
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**458.058**
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	210.000	(96.770)	-	(113.230)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(688.456)	-	(688.456)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	64.531	-	-	-	377.820	-	442.351
Destinações: - Reservas	-	-	20.190	288.609	-	-	(308.799)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e)	-	-	-	-	-	-	(95.000)	(95.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.950.000**	**64.531**	**164.128**	**2.048.929**	**113.678**	**(1.742.212)**	**-**	**2.599.054**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2018.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que, são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis, compostos por valores a receber, são ativos reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado e atualizados pelo método da taxa efetiva de juros. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 8.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2017 e de 2016, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 18.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017:

- No exercício de 2017, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia avaliou que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexo para os ativos avaliados no modelo do CPC 48.

De acordo com a análise realizada pela Companhia, os impactos estimados em relação à adoção do CPC 48, relacionados aos investimentos diretos/indiretos, representará, segundo melhores estimativas, uma redução de aproximadamente 2,6% do patrimônio líquido.

- CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos; e
- CPC 06 - *Leasing* (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Bradesco e da Bradespar, os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Depósito bancário	275	2
Fundos de investimentos financeiros (1)	4.680	1.128
Total	**4.955**	**1.130**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) VALORES A RECEBER

Refere-se a contratos de mútuo, no montante de R$ 11.078 (2016 - R$ 9.820), atualizados pela taxa SELIC.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R$ 610.584 (2016 - R$ 604.639); e

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A 4
MIRAMAR HOLDINGS S.A. 2

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 76 **Página 4**
São Paulo, quarta-feira, 25 de abril de 2018

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 25 de abril de 2018 às 01:36:33.

...continuação

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos 2017	Total dos investimentos 2016	Ajuste decorrente de avaliação (2) 2017	Ajuste decorrente de avaliação (2) 2016
						Em 31 de dezembro			
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3)	8.839.600	19.106.815	2.395.757	169.026	26,07	4.981.484	4.350.549	610.584	604.639
Ágio - Nova Cidade (4)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total						**4.990.710**	**4.359.775**	**610.584**	**604.639**

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) Em março de 2017, foi realizado aumento de Capital Social, com integralização mediante a compensação de créditos relativos a Juros sobre Capital Próprio; e
(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompra de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R$ 475.088 (2016 - R$ 338.663) e no Passivo não Circulante, no montante de R$ 510.486 (2016 - R$ 338.752), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R$ 1.627.969 (2016 - R$ 1.450.612).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R$ 185.419 (2016 - R$ 165.103). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro 2017	2016
No início do período	**170.760**	**130.283**
Atualizações monetárias	12.498	13.128
Constituição	26.303	27.349
No final do período	**209.561**	**170.760**

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2017 e 2016, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Ordinárias	90.454.855	94.563.449
Preferenciais	115.608.357	116.828.108
Subtotal - ações em circulação	**206.063.212**	**211.391.557**
Em tesouraria (ordinárias)	85.751.444	81.642.850
Em tesouraria (preferenciais)	17.262.254	16.042.503
Total do capital social em ações	**309.076.910**	**309.076.910**

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R$ 210.000, elevando-o de R$ 1.740.000 para R$ 1.950.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital" e de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**403.799**	**360.037**
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	309.077	309.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	1,31	1,16

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	403.799	
Reserva legal	(20.190)	
Base de cálculo ajustada	**383.609**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2)	**95.000**	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%	(14.250)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	**80.750**	**21,1**
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016	**62.415**	**18,2**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) Provisionamento de JCP Complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2017.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2017, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 85.751.444 (2016 - 81.642.850) ações ordinárias e 17.262.254 (2016 - 16.042.503) ações preferenciais, no montante de R$ 1.742.212 (2016 - R$ 1.431.576).

Em 2017, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R$ 442.351 (2016 - R$ 317.079), que gerou lucro de R$ 64.531 (2016 - prejuízo de R$ 42.481).

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
COFINS	21.652	22.523
PIS	4.650	4.826
IOF	3.719	990
Total	**30.021**	**28.339**

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Serviços prestados por terceiros	63	162
Editais e publicações	127	102
Despesa de pessoal	898	-
Total	**1.088**	**264**

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Variação monetária de contratos de mútuo	(136.152)	(172.254)
Variação monetária sobre recompra de ações	(58.067)	(67.441)
Rendimento de ativos financeiros	11.773	17.152
Outros	6.770	6.544
Total	**(175.676)**	**(215.999)**

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro

	Controlador (1) 2017	Controlador (1) 2016	Influência significativa (2) 2017	Influência significativa (2) 2016	Pessoal-chave da Administração 2017	Pessoal-chave da Administração 2016	Outras partes relacionadas (3) 2017	Outras partes relacionadas (3) 2016	Total 2017	Total 2016
Ativos										
Caixa/disponibilidades	-	-	-	-	-	-	275	2	275	2
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	231.843	238.851	-	-	-	-	231.843	238.851
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar	28.461	20.015	-	-	52.289	42.400	-	-	80.750	62.415
Obrigações por recompra de ações	-	-	-	-	985.574	677.415	-	-	985.574	677.415
Outros passivos (Nota 10)	-	-	1.148.123	1.014.198	-	-	479.846	436.414	1.627.969	1.450.612

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controlador (1) 2017	Controlador (1) 2016	Influência significativa (2) 2017	Influência significativa (2) 2016	Pessoal-chave da Administração 2017	Pessoal-chave da Administração 2016	Outras partes relacionadas (3) 2017	Outras partes relacionadas (3) 2016	Total 2017	Total 2016
Despesas com juros	-	-	(92.937)	(118.970)	(58.067)	(67.441)	(43.433)	(53.598)	(194.437)	(240.009)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(33.483)	(23.547)	272.757	281.001	(61.517)	(49.883)	-	-	177.757	207.571

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");
(2) Nova Cidade; e
(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R$ 500 para remuneração dos Administradores e de R$ 500 para custear planos de previdência privada complementar.

Foram utilizados em 2017, o montante de R$ 404 para proventos, e o montante de R$ 463 para o plano de previdência complementar de contribuição definida.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**403.799**	**360.037**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(137.292)	(122.413)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes	207.599	205.577
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(92.737)	(95.540)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	32.300	24.966
Outros	(9.870)	(12.590)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**-**	**-**

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R$ 91.015 (2016 - R$ 78.029).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no Ativo Circulante, no montante de R$ 43.651, referem-se a imposto de renda do exercício atual, e no Ativo Não Circulante, no montante de R$ 36.992 (2016 - R$ 70.146), refere-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 1.401 (2016 - R$ 1.437), refere-se, basicamente, a imposto de renda retido na fonte.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016; e

b) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros
Denise Aguiar Alvarez
João Aguiar Alvarez
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano

Diretoria

Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 20 de abril de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A 4
MIRAMAR HOLDINGS S.A. 2

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 128 • Número 76
São Paulo, quarta-feira, 25 de abril de 2018

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 25 de abril de 2018 às 01:36:33.

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a BBD Participações S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R$ 403.799 mil, Patrimônio Líquido de R$ 2.599.054 mil, Ativos Totais de R$ 5.504.648 mil e deliberou aos acionistas o montante de R$ 95.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em abril de 2017, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com Reservas de Capital e Reservas de Lucro - Estatutária no montante de R$ 210.000 mil elevando-o de R$ 1.740.000 mil para R$ 1.950.000 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 16 de abril de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**247.876**	**249.801**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	4.955	1.130
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	231.843	238.851
Valores a Receber (Nota 7)	11.078	9.820
NÃO CIRCULANTE	**5.256.772**	**4.595.024**
Realizável a Longo Prazo	**266.062**	**235.249**
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	185.419	165.103
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17c)	80.643	70.146
Investimentos (Nota 8)	**4.990.710**	**4.359.775**
TOTAL	**5.504.648**	**4.844.825**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	**557.239**	**402.515**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17d)	1.401	1.437
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e)	80.750	62.415
Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9)	475.088	338.663
NÃO CIRCULANTE	**2.348.355**	**1.960.209**
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11b)	209.561	170.760
Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9)	510.486	338.752
Outras Obrigações (Nota 10)	1.628.308	1.450.697
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.599.054**	**2.482.101**
Capital Social (Nota 12a)	1.950.000	1.740.000
Reserva de Capital	64.531	96.770
Reservas de Lucros (Nota 12d)	2.213.057	2.017.488
Ações em Tesouraria (Nota 12f)	(1.742.212)	(1.431.576)
Outros Resultados Abrangentes	113.678	59.419
TOTAL	**5.504.648**	**4.844.825**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**403.799**	**360.037**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	610.584	604.639
Resultado Financeiro (Nota 15)	(175.676)	(215.999)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(30.021)	(28.339)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(1.088)	(264)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**403.799**	**360.037**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)	**-**	**-**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**403.799**	**360.037**
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R$ por ação) (Nota 12b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 12b)	1,31	1,16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	**403.799**	**360.037**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	54.259	102.834
Resultado Abrangente do Exercício	**458.058**	**462.871**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**403.799**	**360.037**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(610.584)	(604.639)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	190.986	217.650
Provisão para Riscos Fiscais	27.340	27.349
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	**11.541**	**397**
(Aumento) em Outros Ativos	(10.359)	(37.925)
Aumento em Outras Obrigações	(764)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**418**	**(37.528)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	12.979
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**-**	**12.979**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Contrato de Mútuo	44.983	46.200
(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria	20.839	2.916
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(62.415)	(25.330)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	**3.407**	**23.786**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.825**	**(763)**
Início do Exercício	1.130	1.893
Fim do Exercício	4.955	1.130
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.825**	**(763)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.700.000**	**179.251**	**125.936**	**1.604.945**	**(43.415)**	**(1.422.168)**	**-**	**2.144.549**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	360.037	360.037
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	102.834	-	-	102.834
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**462.871**
Aumento de Capital com Reservas	40.000	(40.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(368.968)	-	(368.968)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	(42.481)	-	-	-	359.560	-	317.079
Destinações: - Reservas	-	-	18.002	268.605	-	-	(286.607)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(73.430)	(73.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.740.000**	**96.770**	**143.938**	**1.873.550**	**59.419**	**(1.431.576)**	**-**	**2.482.101**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	403.799	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	54.259	-	-	54.259
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**458.058**
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	210.000	(96.770)	-	(113.230)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(688.456)	-	(688.456)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	64.531	-	-	-	377.820	-	442.351
Destinações: - Reservas	-	-	20.190	288.609	-	-	(308.799)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e)	-	-	-	-	-	-	(95.000)	(95.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.950.000**	**64.531**	**164.128**	**2.048.929**	**113.678**	**(1.742.212)**	**-**	**2.599.054**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2018.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que, são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis, compostos por valores a receber, são ativos reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado e atualizados pelo método da taxa efetiva de juros. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 7.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 8.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2017 e de 2016, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 18.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017:

- No exercício de 2017, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio líquido da Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia avaliou que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexo para os ativos avaliados no modelo do CPC 48.

De acordo com a análise realizada pela Companhia, os impactos estimados em relação à adoção do CPC 48, relacionados aos investimentos diretos/indiretos, representará, segundo melhores estimativas, uma redução de aproximadamente 2,6% do patrimônio líquido.

- CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos; e
- CPC 06 - *Leasing* (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Bradesco e da Bradespar, os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Depósito bancário	275	2
Fundos de investimentos financeiros (1)	4.680	1.128
Total	**4.955**	**1.130**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) VALORES A RECEBER

Refere-se a contratos de mútuo, no montante de R$ 11.078 (2016 - R$ 9.820), atualizados pela taxa SELIC.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial do investimento foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R$ 610.584 (2016 - R$ 604.639); e

b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos 2017	Total dos investimentos 2016	Ajuste decorrente de avaliação (2) 2017	Ajuste decorrente de avaliação (2) 2016
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3)	8.839.600	19.106.815	2.395.757	169.026	26,07	4.981.484	4.350.549	610.584	604.639
Ágio - Nova Cidade (4)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total						**4.990.710**	**4.359.775**	**610.584**	**604.639**

Em 31 de dezembro

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) Em março de 2017, foi realizado aumento de Capital Social, com integralização mediante a compensação de créditos relativos a Juros sobre Capital Próprio; e
(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompra de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R$ 475.088 (2016 - R$ 338.663) e no Passivo não Circulante, no montante de R$ 510.486 (2016 - R$ 338.752), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R$ 1.627.969 (2016 - R$ 1.450.612).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R$ 185.419 (2016 - R$ 165.103).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro 2017	2016
No início do período	**170.760**	**130.283**
Atualizações monetárias	12.498	13.128
Constituição	26.303	27.349
No final do período	**209.561**	**170.760**

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2017 e 2016, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Ordinárias	90.454.855	94.563.449
Preferenciais	115.608.357	116.828.108
Subtotal - ações em circulação	**206.063.212**	**211.391.557**
Em tesouraria (ordinárias)	85.751.444	81.642.850
Em tesouraria (preferenciais)	17.262.254	16.042.503
Total do capital social em ações	**309.076.910**	**309.076.910**

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R$ 210.000, elevando-o de R$ 1.740.000 para R$ 1.950.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital" e de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

continua...

...continuação

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**403.799**	**360.037**
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	309.077	309.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	1,31	1,16

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	403.799	
Reserva legal	(20.190)	
Base de cálculo ajustada	**383.609**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2)	**95.000**	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%	(14.250)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	**80.750**	**21,1**
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016	**62.415**	**18,2**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e
(2) Provisionamento de JCP Complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2017.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2017, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 85.751.444 (2016 - 81.642.850) ações ordinárias e 17.262.254 (2016 - 16.042.503) ações preferenciais, no montante de R$ 1.742.212 (2016 - R$ 1.431.576).

Em 2017, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R$ 442.351 (2016 - R$ 317.079), que gerou lucro de R$ 64.531 (2016 - prejuízo de R$ 42.481).

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
COFINS	21.652	22.523
PIS	4.650	4.826
IOF	3.719	990
Total	**30.021**	**28.339**

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Serviços prestados por terceiros	63	162
Editais e publicações	127	102
Despesa de pessoal	898	-
Total	**1.088**	**264**

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Variação monetária de contratos de mútuo	(136.152)	(172.254)
Variação monetária sobre recompra de ações	(58.067)	(67.441)
Rendimento de ativos financeiros	11.773	17.152
Outros	6.770	6.544
Total	**(175.676)**	**(215.999)**

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		**Influência significativa (2)**		**Pessoal-chave da Administração**		**Outras partes relacionadas (3)**		**Total**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Ativos										
Caixa/disponibilidades	-	-	-	-	-	-	275	2	275	2
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	231.843	238.851	-	-	-	-	231.843	238.851
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar	28.461	20.015	-	-	52.289	42.400	-	-	80.750	62.415
Obrigações por recompra de ações	-	-	-	-	985.574	677.415	-	-	985.574	677.415
Outros passivos (Nota 10)	-	-	1.148.123	1.014.198	-	-	479.846	436.414	1.627.969	1.450.612

	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		**Influência significativa (2)**		**Pessoal-chave da Administração**		**Outras partes relacionadas (3)**		**Total**	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Despesas com juros	-	-	(92.937)	(118.970)	(58.067)	(67.441)	(43.433)	(53.598)	(194.437)	(240.009)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(33.483)	(23.547)	272.757	281.001	(61.517)	(49.883)	-	-	177.757	207.571

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");
(2) Nova Cidade; e
(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R$ 500 para remuneração dos Administradores e de R$ 500 para custear planos de previdência privada complementar.

Foram utilizados em 2017, o montante de R$ 404 para proventos, e o montante de R$ 463 para o plano de previdência complementar de contribuição definida.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**403.799**	**360.037**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(137.292)	(122.413)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes	207.599	205.577
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(92.737)	(95.540)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	32.300	24.966
Outros	(9.870)	(12.590)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**-**	**-**

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R$ 91.015 (2016 - R$ 78.029).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no Ativo Circulante, no montante de R$ 43.651, referem-se a imposto de renda do exercício atual, e no Ativo Não Circulante, no montante de R$ 36.992 (2016 - R$ 70.146), refere-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 1.401 (2016 - R$ 1.437), refere-se, basicamente, a imposto de renda retido na fonte.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016; e
b) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros
Denise Aguiar Alvarez
João Aguiar Alvarez
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano

Diretoria

Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 20 de abril de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

EFICIÊNCIA E VISIBILIDADE, AGORA EM DOSE DUPLA

Ao combinar o seu anúncio no Valor e no O Globo, seus resultados impactam:

26 MILHÕES DE LEITORES*
IMPRESSO + DIGITAL

19,5 MILHÕES de leitores investidores

7 MILHÕES de sócios, c-levels, diretores ou gerentes sócios ou autônomos

A divulgação do Balanço Anual é uma grande oportunidade para expor a boa governança de sua empresa para os nossos leitores.

Alie sua transparência à credibilidade do maior jornal de economia e negócios do país e a mais de 90 anos de história do O Globo.

ANUNCIE
11 3767.7043 | 21 3521.1417 | 61 3717.3333
valor.com.br/comunicacaocominvestidores

Fonte: leitores impresso Kantar Ibope Media Target Group Index BR TG 2017 II (2016 2s + 2017 1s) v1.0 - Pessoas, leitores impresso 7 dias jornal e 30 dias versão lido via Midia Online, com projeção Brasil base IVC.
Leitores Digital comScore Inc., MMX Multi-Platform, Desktop 6+ Mobile 18+, Home & Work, dezembro17, Brasil | *Total Leitores = Somados digital + impresso com sobreposição de leitores.

O GLOBO | Valor ECONÔMICO